



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI Nº 2.891, DE 2024.

Dispõe sobre o Cuidado ao Bebê Prematuro e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".

Autora: Deputada SILVIA CRISTINA

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I. RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria da Deputada Silvia Cristina, dispõe sobre o Cuidado ao Bebê Prematuro e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".

Segundo a justificativa da autora, apesar do grande número de prematuros nascidos no Brasil, segundo dados recentes, a região Norte do Brasil, que inclui nosso Estado Rondônia, apresenta um déficit significativo de leitos neonatais, especialmente leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN). Informa também que a razão de leitos neonatais no Norte é inadequada, estando abaixo do necessário para atender a demanda da população de recém-nascidos.

O projeto tramita em regime de ordinário (art. 151, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, RICD), tendo sido distribuído às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Saúde; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), o projeto foi aprovado, com emenda, nos termos do parecer da relatora, Deputada Chris Tonietto.

Na Comissão de Saúde (CSAUDE), o projeto foi aprovado com substitutivo e a emenda da CPASF foi rejeitada, nos termos do parecer da relatora, Deputada Detinha.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II. VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, "h", e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a Norma Interna prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 12/12/2025 16:44:44.913 - CFT
PRL 1 CFT => PL 2891/2024

PRL n.1

O art. 1º, §1º, da Norma Interna define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Constitucionalmente a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (cf. art. 196 da Constituição). No mesmo sentido, a Lei Orgânica do SUS (art. 7º da Lei nº 8.080, de 1990) estatui como princípio a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

A proposta mostra-se em consonância com a estrutura legal do SUS, com as políticas públicas em vigor e com as normas infra legais vigentes no âmbito do Ministério da Saúde. Nesse sentido, cabe mencionar, a título de exemplo, a iniciativa do governo brasileiro de atualização da Rede Cegonha, para promover modelo de cuidado humanizado e integral para a saúde da gestante, parturiente, puérpera e da criança denominada Rede Alyne (cf Portaria GM/MS nº5.350, de 2024 e Portaria GM/MS nº5.359, de 2024).

Entretanto, a abrangência da proposta, que estabelece princípios, garantias e diretrizes, houve a apresentação de requerimento de informações (RIC nº6.603, de 2025) para análise do potencial impacto orçamentário e financeiro. Em resposta, o Ministério da Saúde encaminhou o Ofício nº 1725/2025/ASPAR/MS, de 08.12.2025, com manifestação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência (DAHUD).

Segundo o referido documento, as ações relativas ao cuidado integral do bebê prematuro — como obrigatoriedade de implantação de ambulatórios de seguimento, garantia de atendimento multiprofissional, ampliação dos protocolos de humanização, acesso a imunobiológicos especiais, capacitação permanente dos profissionais, fortalecimento das UTIs neonatais e do transporte neonatal, e mecanismos de monitoramento contínuo — “estão em plena convergência com as diretrizes, objetivos e componentes estruturantes da Rede de Atenção Materna e Infantil – Rede Alyne”, instituída pela Portaria GM/MS nº 5.350/2024 e em processo de implantação nacional.

Dessa forma, o DAHUD conclui que a maior parte do impacto orçamentário estimado para a implementação do programa já está contemplado nas ações da Rede Alyne, sendo realizada apenas uma ressalva: *parte da demanda extrapola as ações da Rede Alyne especialmente no que tange às ações de Assistência Social e ao Programa Criança Feliz, que são de competência do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). (art 2º, inciso XIII e art 4º, Inciso I).*

Diante das informações prestadas pelo Ministério da Saúde, propomos subemenda para supressão do inciso XIII do art. 2º e do inciso I do art.4º, bem como para inclusão de dispositivo determinando que as despesas federais decorrentes da lei fiquem condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira de cada exercício, além da regulamentação pelo Poder Executivo. Dessa forma, eliminam-se os dispositivos apontados como inadequados pelo Executivo e restringem-se as despesas à capacidade financeira anual, conforme regulamentação

› Executivo, evitando a criação de despesas obrigatórias e continuadas.



* C D 2 5 1 2 7 7 4 4 8 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

Com esses ajustes, entendemos que o substitutivo adotado pela CSAUDE apresenta caráter normativo que não acarreta repercussão imediata direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Ainda que se argumente que o projeto pode demandar algum tipo de dispêndio por parte do Governo Federal, o projeto não atribui dados objetivos para a execução, cabendo ao Poder Executivo tão somente adotar iniciativas adequadas à sua capacidade de comprometimento orçamentário e financeiro.

Em relação à emenda da CPASF, verifica-se sua inadequação e incompatibilidade orçamentária e financeira, pois estabelece diretriz com garantia de equipes dotadas de qualificações específicas e por período determinado, gerando novas despesas não quantificadas nem compensadas.

Em face do exposto, votamos pela:

I - não implicação financeira ou orçamentária em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública **do Projeto de Lei nº 2.891 de 2024**, desde que na forma **do Substitutivo Adotado pela Comissão de Saúde (CSAUDE) com as Subemendas 01, 02 e 03; e**

II - incompatibilidade e pela inadequação orçamentária e financeira da **Emenda adotada pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).**

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO

Relatora

**SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE SAÚDE
AO PROJETO DE LEI Nº 2.891, DE 2024.**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Dispõe sobre o Cuidado ao Bebê Prematuro e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Apresentação: 12/12/2025 16:44:44.913 - CFT
PRL 1 CFT => PL 2891/2024

PRL n.1

Subemenda de Adequação nº 01/2025

Suprima-se o inciso XIII do art. 2º do Substitutivo Adotado pela Comissão de Saúde ao Projeto de Lei nº 2.891, de 2024.

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE SAÚDE
AO PROJETO DE LEI Nº 2.891, DE 2024.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Dispõe sobre o Cuidado ao Bebê Prematuro e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Apresentação: 12/12/2025 16:44:44.913 - CFT
PRL 1 CFT => PL 2891/2024

PRL n.1

Subemenda de Adequação nº 02/2025

Suprima-se o inciso I do art. 4º do Substitutivo Adotado pela Comissão de Saúde ao Projeto de Lei nº 2.891, de 2024.

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE SAÚDE
AO PROJETO DE LEI Nº 2.891, DE 2024.

Dispõe sobre o Cuidado ao Bebê Prematuro e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Subemenda de Adequação nº 03/2025

Insira-se o seguinte art. 9º ao Substitutivo Adotado pela Comissão de Saúde, renumerando os seguintes:

“Art. 9º As despesas federais decorrentes desta Lei ficam limitadas à disponibilidade orçamentária e financeira em cada exercício.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Parágrafo Único. A implementação das disposições desta Lei está sujeita a regulamentação pelo Poder Executivo.”

Sala da Comissão, em 12 de Dezembro de 2025.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

